

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

EDUARDO CARDOSO DE MORAES

REFLEXÕES SOBRE A TRANSLITERAÇÃO RUSSO–PORTUGUÊS
À LUZ DA LINGUÍSTICA SAUSSURIANA

PORTO ALEGRE

2016

EDUARDO CARDOSO DE MORAES

**REFLEXÕES SOBRE A TRANSLITERAÇÃO RUSSO–PORTUGUÊS
À LUZ DA LINGUÍSTICA SAUSSURIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luiza Milano

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Moraes, Eduardo Cardoso de
Reflexões sobre a transliteração russo-português à
luz da linguística saussuriana / Eduardo Cardoso de
Moraes. -- 2016.
45 f.

Orientadora: Luiza Milano.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Letras, Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa
e Literaturas de Língua Portuguesa, Porto Alegre, BR-
RS, 2016.

1. Transliteração. 2. Língua Russa. 3. Ferdinand de
Saussure. 4. Tradução. 5. Literatura Russa. I.
Milano, Luiza, orient. II. Título.

RESUMO

As particularidades da pronúncia de termos russos por falantes brasileiros conduzem o leitor de obras russas – e sobretudo o estudioso das línguas russa e portuguesa – ao tema da *transliteração*, recurso utilizado por tradutores de idiomas cujo sistema de representação gráfica difere daquele da língua alvo, como é o caso russo–português. A partir da definição deste procedimento, de seus meios e propósitos, buscou-se examinar, com base nas reflexões saussurianas acerca da escrita, do aspecto fônico da língua e do valor linguístico, o caso da transliteração de nomes próprios em traduções da Literatura Russa no Brasil. Os critérios observados pelos tradutores para se transliterar do russo ao português foram encontrados em documentos de contextos variados, desde normas oficiais até notas prefaciais a traduções; constatou-se, no entanto, que publicações científicas a respeito deste tema ainda são escassas. Após revisão de pressupostos teóricos e investigação bibliográfica, empreendeu-se uma análise do comportamento fônico de dados referentes à leitura, realizada por brasileiros sem conhecimento efetivo da língua russa, de nomes próprios russos transliterados nos registros ortográficos de traduções correntes no país. A interpretação dos resultados desta análise busca ilustrar algumas das dificuldades mais recorrentes ao ato de transliterar, bem como apontar, ainda que inicialmente, algumas possíveis soluções.

PALAVRAS-CHAVE: Transliteração; Língua Russa; Ferdinand de Saussure; Tradução; Literatura Russa.

ABSTRACT

Particularities on the pronunciation of Russian terms by Brazilian speakers lead the readers of Russian Literature—and above all, scholars of Portuguese and Russian—to the matter of *transliteration*, a resource used by translators of languages whose Graphical Representation System differs from that of the target language, such as in the case of Russian-Portuguese. After defining this procedure, its means and purposes, this paper sought to examine transliteration of proper nouns in translations of Russian Literature in Brazil, based on Saussurean reflections regarding writing, phonetic aspects of the language and linguistic value. The criteria observed by translators to transliterate from Russian to Portuguese were found in documents of varied contexts, from official standards to translator's notes; it was verified, though, that scientific publications regarding this subject are scarce. After reviewing theoretical assumptions and bibliographical investigation, an analysis of the phonetic behavior of data referring to reading of Russian proper nouns—performed by Brazilians with no effective knowledge of Russian—transliterated on spelling records of current translations in the country began. Interpretation of this analysis' results aims to illustrate some of the more recurring difficulties on the act of transliteration, as well as provide, even if primarily, some possible solutions.

KEYWORDS: Transliteration; Russian; Ferdinand de Saussure; Translation; Russian Literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 PARA UMA DEFINIÇÃO DE <i>TRANSLITERAÇÃO</i>	8
1. 1 ETIMOLOGIA	8
1. 2 DEFINIÇÕES DE DICIONÁRIO	8
1. 3 <i>TRANSLITERAÇÃO</i> E <i>TRANSCRIÇÃO</i>	12
2 LÍNGUA, ESCRITA E VALOR	14
2. 1 SAUSSURE E O <i>CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL</i>	14
2. 2 LÍNGUA: SISTEMA DE SIGNOS	15
2. 3 ESCRITA: SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA	16
2. 4 UM MÉTODO FONOLÓGICO DE ANÁLISE	18
2. 5 A TEORIA DO VALOR	20
3 ALGUMAS PUBLICAÇÕES REFERENTES À <i>TRANSLITERAÇÃO</i> DA LÍNGUA RUSSA À LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL	24
3. 1 NORMAS OFICIAIS	24
3. 2 DICIONÁRIOS BILÍNGUES	24
3. 3 IMPRENSA	25
3. 4 MEIO ACADÊMICO	27
3. 5 TRADUÇÕES	28
4 ANÁLISE FONOLÓGICA DA LEITURA DE NOMES PRÓPRIOS RUSSOS <i>TRANSLITERADOS</i> AO PORTUGUÊS	31
4. 1 DADOS	31
4. 2 ANÁLISE	32
5 SOBRE ALGUNS PROBLEMAS ENCONTRADOS NA <i>TRANSLITERAÇÃO</i> RUSSO–PORTUGUÊS ...	34
5. 1 NOMES CONSAGRADOS	34

5. 2 ORTOGRAFIA.....	34
5. 3 PROSÓDIA	35
5. 4 O GRUPO KH.....	35
5. 5 A REDUÇÃO VOCÁLICA NA LÍNGUA RUSSA	36
5. 6 SUGESTÕES	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
ANEXO A – Cancelamento da NB-102 no <i>Diário Oficial da União</i>.....	41
ANEXO B – ISO 9:1995 e algumas outras normas	42
ANEXO C – Tabela de Transliteração do Russo para o Português da USP	43
ANEXO D – Exemplos de transliteração do russo ao inglês conforme os sistemas americanos	44

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso encerra reflexões suscitadas pela leitura da Literatura Russa em tradução no Brasil e por sua discussão com outros leitores ao longo dos quatro anos de Graduação em Letras. O tópico focado é, nomeadamente, a grafia dos nomes próprios russos nestas traduções – sua *transliteração* –, cujas variações, que ocorrem às vezes em relação a um mesmo nome, não passam despercebidas pelo leitor, que no entanto ignora este fato na maioria dos casos. Há leitores, por outro lado, cuja fruição destes textos é comprometida pela falta de regularidade na transliteração dos nomes próprios, seja pelo estranhamento puro e simples, seja pelos possíveis efeitos deste, como a dificuldade de pronunciar o nome e, conseqüentemente, de memorizá-lo e de distingui-lo de outros nomes semelhantes.

A nós tais questões nos intrigaram e acabaram por produzir alguns frutos, como o trabalho realizado como atividade avaliativa final da disciplina de Fonologia, intitulado *Problemas na Transliteração Russo–Português: Questões Fonológicas*, apresentado no X Encontro de Letras Orientais e Eslavas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2015. Depois disto, estes estudos encontraram espaço no projeto de pesquisa *O rastro do som em Saussure: sobre o aspecto fônico da língua*, por meio do qual se produziram os seguintes trabalhos: *Transliteração do russo ao português: mudanças na definição, efeitos no processo*, na Semana de Estudos de Tradução da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de 2016, e *Para a formulação de um método de transliteração da língua russa ao português brasileiro*, no XXVIII Salão de Iniciação Científica da UFRGS, em 2016. Tudo quanto se produziu nestes estudos está sintetizado no presente trabalho.

Nosso ponto de partida aqui é a natureza da transliteração: o que é (e o que *não* é) e qual o seu propósito; começamos, portanto, por tentar definir em que consiste o ato de *transliterar*. Logo depois disto, vamos ao aporte teórico da linguística saussuriana, especificamente no que diz respeito à escrita e às relações entre os elementos internos de uma língua – bem como entre línguas e elementos de línguas diversas. Cabe ressaltar que, como nosso objeto é uma aplicação específica do procedimento de transliteração – a da língua russa à portuguesa –, uma definição precisa do ato de transliterar e uma ampla base linguística que dê conta da representação da língua pela escrita, do aspecto fônico da língua, das diferenças e das semelhanças entre línguas é essencial a esta reflexão; estas duas primeiras seções, portanto, formam princípios teóricos que sempre estarão presentes, mesmo que de modo latente, ao longo de todo o desenvolvimento do trabalho.

Um breve levantamento bibliográfico é exposto, logo a seguir, com o intuito de mostrar o estado de coisas em relação às concepções e às práticas de transliteração do russo ao português no Brasil, isto é, o que se escreveu e publicou no país acerca do assunto ao longo da história da tradução e da leitura, em tradução, de textos russos por brasileiros. Para isto, selecionamos alguns textos mais significativos, retirados de contextos diversos, a fim de expor a situação em linhas gerais, com testemunhos que visam a representar a noção de transliteração por parte de instituições, normativas, acadêmicas e dos meios de comunicação, e de sujeitos – em especial os próprios tradutores. Avançamos então aos dados concretos deste panorama: alguns exemplos de nomes próprios russos transliterados ao português e suas respectivas pronúncias pelo leitor médio brasileiro. Após rápida análise fonológica deste material, a eficácia destas transliterações será discutida, enfatizando os principais problemas encontrados, com base no propósito definido do ato de transliterar, nos mecanismos da escrita e nas relações de correspondência entre línguas diferentes.

1 PARA UMA DEFINIÇÃO DE *TRANSLITERAÇÃO*

1. 1 ETIMOLOGIA

A etimologia de *transliteração* é clara quanto à natureza semântica deste termo: o prefixo latino *trans-*, “(para) além de”, mais a raiz *littera*, “letra, maneira de escrever”, formam o verbo *transliterar*, cujo sentido literal é levar a letra a outra condição; transliteração, portanto, é a denominação deste processo. No contexto da tradução escrita, mais especificamente quando se trata da versão de textos a línguas cujo tipo de representação gráfica é diferente daquele de sua língua original, como na conversão de ideogramas à escrita fonética, ou mesmo com escrita de mesmo tipo, mas sistema diverso, e. g. alfabeto diferente, o vocábulo *transliteração* nomeia ainda o produto desse processo.

1. 2 DEFINIÇÕES DE DICIONÁRIO

Os verbetes destas palavras em dicionários de Língua Portuguesa no Brasil nos apresentam uma mudança significativa em suas definições. Tomemos primeiramente as entradas do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Caldas Aulete, de 1958:

TRANSLITERAÇÃO, *s. f.* ato ou efeito de transliterar. || F. *Transliterar* [...] TRANSLITERAR, *v. tr.* representar uma letra de (vocábulo) por uma letra diferente, no correspondente vocábulo de outra língua. || F. lat. *trans* (além) + *littera* (letra). (CALDAS AULETE, 1958, grifos do autor).

O primeiro verbe, de *transliteração*, é um tanto vago, pois apenas remete ao de *transliterar*; este outro, por sua vez, traz uma definição distinta daquela deduzida a partir da etimologia do termo: representar no vocábulo correspondente de outra língua aproxima-se mais da *tradução*. A transliteração, contudo, é uma técnica da qual o tradutor lança mão justamente quando *não* pode traduzir, como no caso de certos nomes próprios. Situações como esta, nas quais não há possibilidade de tradução, não ocorrem somente entre línguas com escritas diferentes, e nestes casos nem a transliteração é uma saída viável.

Ao discorrer sobre estas questões de intraduzibilidade de nomes próprios, Rosa Rabadán cita as palavras de Peter Newmark sobre o assunto:

The basic distinction between *proper names* and cultural terms is that while both refer to persons, objects or processes peculiar to a single ethnic community, the former have singular references, while the later refer to classes of entities. In theory, names of single persons or objects are “outside”

languages, belong, if at all, to the encyclopaedia not the dictionary, have, as Mill stated, no meaning or connotations, are therefore, both untranslatable and not to be translated.”¹ (NEWMARK, 1981, p. 50 apud RABADÁN, 1991, p. 131-132, grifos do autor).

A autora lembra ainda de casos em que os nomes próprios exercem algum tipo de função intratextual adicional, como em textos cômicos cujas personagens são nomeadas de maneira irônica, que as caracteriza e indica seu papel na narrativa. A respeito disto, Rabadán subscreve novamente às palavras de Newmark: “While surnames in fiction often have deliberate connotations through sound and meaning, the translator should explain connotations in a glossary and leave the names intact.”² (1981, p. 71 apud RABADÁN, 1991, p. 132).

Embora estas reflexões de Rabadán tenham surgido no âmbito da tradução inglês–espanhol, línguas que se utilizam ambas do alfabeto latino e cujo intercâmbio textual, deste modo, prescinde do recurso da transliteração, não se deve negligenciar suas indagações mesmo quando transliterar é possível ou necessário. A título de ilustração, seguem alguns exemplos dados em seu texto:

Tabela 1 – Nomes próprios ingleses traduzidos ao espanhol ou mantidos como no original

Original	Tradução	Versão utilizada
Prince Charles	príncipe Carlos	príncipe Carlos
Scotland	Escocia	Escocia
Cornwall	Cornualles	Cornualles
[revista] <i>Times</i>	Tiempo	<i>Times</i>
Richard the Lionheart	Ricardo Corazón de León	Ricardo Corazón de León
London	Londres	Londres
Thames	Támesis	Támesis
United Nations	Organización de las Naciones Unidas	Organización de las Naciones Unidas

¹ “A distinção básica entre *nomes próprios* e termos culturais é que, embora ambos se refiram a pessoas, objetos ou processos particulares de uma comunidade étnica, aqueles têm uma única referência, enquanto estes se referem a categorias de entidade. Em tese, nomes de pessoas ou objetos específicos são “externos” aos idiomas; pertencem à enciclopédia, se for o caso, não ao dicionário; não possuem, conforme Mill, significado ou sentido conotativo; são, portanto, intraduzíveis e não devem ser traduzidos.” (tradução nossa).

² “Embora na ficção os sobrenomes costumem apresentar conotações intencionais por meio da sonoridade e do significado, o tradutor deve explicá-los em um glossário e manter os nomes intactos.” (tradução nossa).

Original	Tradução	Versão utilizada
North Atlantic Treaty Organization	Organización del Tratado del Atlántico Norte	Organización del Tratado del Atlántico Norte
Jeremy Irons	Jeremías Hierros	Jeremy Irons
Robin Hood	Robertito Caperuza	Robin Hood
Baker Street	Calle del Panadero	Baker Street

Fonte: Rabadán (1991, p. 131).

O maior risco assumido ao se “traduzir” um nome próprio é, portanto, o de não se identificar a mesma referência fora do contexto específico daquela tradução. É como no caso dos exemplos acima cuja versão utilizada é necessariamente a original: se não fossem mantidos, seria possível que o leitor da literatura inglesa em tradução espanhola não identificasse uma personagem conhecida quando mencionada por alguém que leu o mesmo texto, mas em outra tradução (ou mesmo no original).

Quanto ao cenário brasileiro, o levantamento da bibliografia russa traduzida de 1900 a 1950, realizado por Denise Bottmann (2015), traz dados correspondentes a esses tempos nos quais a ideia de *transliteração* era muito semelhante à de *tradução* – cabe lembrar que o verbete com essa acepção consta de um dicionário dos anos 1950, que descreve concepções de momentos precedentes à sua publicação. Vejamos alguns nomes transliterados naquele período:

Tabela 2 – Nomes de autores russos em traduções brasileiras dos anos 1900 a 1950

Padrão	Variações
Leonid Andréiev	Leonide, Leônidas, Andreev, Andreieff
Arkadi Averchenko	Arkadio, Arcádio
Maria Konstantinova Bashkirsteva	Marie, Bashkirtsev
Julij S. Berzin	Julio
Fiódor M. Dostoiévski;	Fédor, Fiodor, Theodore, Teodoro
Ilya Ehrenburg	Elias
Konstantin Fedin	Constantino, Fedine
Nikolai Gogol	Nicolau, Nicolas
Maksim Górkí	Máximo, Maxime, Gorki, Gorky
Aleksandra Kolontai	Alexandra
Vladimir Korolenko	Vladimiro

Padrão	Variações
Alexandr I. Kuprin	Alexandre, Alexander, Kouprine
Dmitri Merejkóvski	Dimitri, Dmitry, [de] Merejkowski
Serguei Semionov	Sergio, Semionof
Nadezhda Teffi	Nadine, Teffy
Lev Tolstói	Leon, Leão, Liev, Tolstoy
Ivan Turguêniev	Ivã, Turgenev, Turgenov, Turguenev
Euguêni Zamiátin	Eugênio

Fonte: Bottmann (2015, p. 59-85).

Muitos desses nomes, como se pode observar, foram tomados como empréstimo das traduções francesas, a partir das quais era traduzida a maioria das obras russas no Brasil durante aquele período; outros apresentam ainda traços ortográficos de outras línguas, como o inglês, o espanhol e o alemão. De qualquer modo, esta amostra serve para demonstrar, na prática, como então se transliterava.

Observemos agora as entradas atualizadas do dicionário Aulete em sua versão *online*:

transliteração sf. 1. Ação ou resultado de transliterar. 2. Conversão (de texto, palavra, letra) de um alfabeto para outro, mantendo a pronúncia original. [...] transliterar v. 1. Passar (palavras, texto) de um alfabeto para outro, procurando manter a prosódia original. (AULETE DIGITAL, 2016).

Ao verbete de *transliteração*, que apresentava somente a referência a seu verbo de origem, acrescentou-se uma segunda acepção, com definição mais precisa, ao passo que *transliterar* teve seu significado reescrito de maneira mais clara. Nota-se que ambas, assim como as entradas apresentadas anteriormente, especializam o sentido do ato de transliterar à conversão entre *letras* diferentes, ou seja, à tradução ou versão entre línguas de escrita fonética; a diferença é que os verbetes atuais o fazem de maneira mais evidente ao mencionar o termo *alfabeto*. Isto poderia causar um estreitamento no sentido destas palavras; contudo, seu uso as salvaguarda disto, pois a escrita de palavras japonesas com o alfabeto latino, por exemplo, é amplamente denominada *transliteração* no Brasil.

A principal diferença constatada entre os verbetes dos anos 1950 e os atuais são as considerações acerca da sonoridade (pronúncia, prosódia) da palavra transliterada, a preocupação com a manutenção dos traços fônicos da palavra original. Se por um lado a confusão entre transliteração e tradução foi deslindada, sobretudo pelo aumento da clareza na escrita das novas acepções, agora é necessário prevenir-se do equívoco de misturar a noção de *transliteração* à de *transcrição fonética*. Este talvez seja um risco maior para o tradutor do que

para o leitor da tradução, pois aquele pode esquecer-se que este, via de regra, não detém os conhecimentos linguísticos necessários para interpretar sua transliteração adequadamente; entretanto, por mais que estas questões possam estar além do horizonte de consciência do leitor, seu aproveitamento da leitura pode acabar comprometido por elas. Destarte convém distinguir *transcrição* de *transliteração*.

1.3 TRANSLITERAÇÃO E TRANSCRIÇÃO

Tomemos a escrita da Língua Portuguesa como exemplo: a despeito de ser alfabética, apresenta assimetria em relação à representação fonêmica: são 24 letras para 33 fonemas. Este desequilíbrio implica a existência de relações múltiplas entre fonemas e grafemas, além do uso de dígrafos e diacríticos. Os problemas referentes à representação da língua pela escrita abrem precedentes para descrições dos sons da fala mais detalhadas, de modo que seu próprio alfabeto se torna insuficiente. Para Joaquim Mattos Câmara Jr. (1976, p. 24), “é claro que o fonema é um conceito da língua oral e não se confunde com a letra, na língua escrita.” Esta descrição mais minuciosa chama-se *transcrição* e compete ao foneticista.

[...] à fonética cabe descrever os sons da linguagem e analisar suas particularidades articulatórias, acústicas e perceptivas. À fonologia cabe estudar as diferenças fônicas intencionais, distintas, isto é, que se vinculam a diferenças de significação, estabelecer como se relacionam entre si os elementos de diferenciação e quais as condições em que se combinam uns com os outros para formar morfemas, palavras e frases.” (CALLOU; LEITE, 2001, p. 11).

A transcrição fonética é uma técnica que demanda conhecimento especializado, tanto para seu exercício como para sua recepção. Mais que ter esta habilidade desenvolvida, o transcritor também deve lidar com a falta de acordo entre os linguistas quanto a um padrão para a transcrição, como bem lembra Luiz Carlos Cagliari (2009, p. 129) – a despeito da existência do alfabeto fonético da Associação Internacional de Fonética (IPA), que acaba sofrendo variações conforme quem o utiliza. Ademais, há dois tipos de transcrição: a *fonêmica*, que “[...] usa letras da forma mais simples que tem o alfabeto e o menor número delas para caracterizar a pronúncia de uma língua” (CAGLIARI, 2009, p. 129), e a *alofônica*, que “[...] usa mais símbolos do que o número de fonemas da língua” (CAGLIARI, 2009, p. 129).

Toda transcrição deverá ser interpretada. Toda transcrição representa sempre uma análise do material transcrito. Toda transcrição contém duas partes: o texto [transcrito] e um conjunto de convenções que governam a interpretação desse texto, e que pode aparecer de forma tácita ou explícita. Quanto mais

fonêmica for uma transcrição, mais simples será o texto, e as convenções terão um número maior de informações. Por outro lado, quanto mais alofônica for uma transcrição, menos informação aparecerá no conjunto das convenções e mais detalhes aparecerão no texto.” (CAGLIARI, 2009, p. 130).

A evolução do conceito de *transliteração* observada em dicionários entre os anos 1950 e o presente momento ocorreu *pari passu* com o desenvolvimento da Linguística no país, cujos conhecimentos, inclusive os do domínio da Fonética, alcançaram o âmbito dos estudos de tradução. Também vale lembrar do aumento de traduções russo–português empreendidas direto do texto original a partir da segunda metade do século passado.

Diferente dos problemas de transliteração relacionados à tradução de nomes próprios, discutidos na subseção anterior,³ aqui o risco reside justamente na invasão destes conhecimentos especializados no campo da tradução que toca a sua recepção: o tradutor deve transliterar com cautela, a fim de evitar a produção de um texto ilegível a seu público alvo – no caso da tradução literária, o leitor médio, sem conhecimento efetivo da língua original da obra. No intuito de representar com exatidão a pronúncia de um nome próprio, pode-se gerar uma transcrição fonêmica cuja mudança de valor entre grafemas conhecidos, por mais simples que seja, não é captada pelo leitor; ou mesmo uma transcrição alofônica, um código com convenções incompreensíveis a um leigo. O mais prudente, portanto, é tomar a transliteração em suas limitações inerentes e representar a sonoridade das palavras na medida do possível.

³ cf. subseção 1.2 DEFINIÇÕES DE DICIONÁRIO (p. 8-12).

2 LÍNGUA, ESCRITA E VALOR

2.1 SAUSSURE E O *CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL*

A Linguística Geral de Ferdinand de Saussure compreende três campos do saber, conforme os enumeram Simon Bouquet e Rudolf Engler (2012, p. 12): uma epistemologia da Gramática Comparada, sobretudo do que se chamava *fonética histórica*; uma especulação analítica (no sentido aristotélico) sobre a linguagem – ou uma *filosofia da linguagem*; e uma reflexão prospectiva sobre uma disciplina, uma “epistemologia programática” do que viria a ser a Ciência Linguística. Dentre o conjunto destas reflexões, dispersas em seus manuscritos, nos *Escritos de Linguística Geral* (SAUSSURE, 2012) e no *Curso de Linguística Geral* (SAUSSURE, 1972),⁴ encontra-se neste último um percurso reflexivo que nos serviu como base para este estudo sobre a transliteração. O quadro abaixo mostra a sequência ordenada dos capítulos onde se encontram nossas referências:

Quadro I – Capítulos selecionados do *CLG*

<p>INTRODUÇÃO</p> <p>Capítulo III – “Objeto da Linguística”;</p> <p>Capítulo VI – “Representação da Língua pela escrita.”;</p> <p>Capítulo VII – “A Fonologia.”;</p> <p>PRIMEIRA PARTE: Princípios gerais</p> <p>Capítulo I – “Natureza do signo linguístico.”;</p> <p>SEGUNDA PARTE: Linguística sincrônica</p> <p>Capítulo I – “Generalidades.”;</p> <p>Capítulo II – “As entidades concretas da língua.”;</p> <p>Capítulo III – “Identidade, realidades, valores.”; e</p> <p>Capítulo IV – “O valor linguístico.”</p>
--

Fonte: Saussure (1972).

Serão expostos a seguir os questionamentos e conceitos saussurianos que partem da definição de *língua*, passando pelas considerações acerca de sua representação pela escrita e retornam a este tema no trecho que concerne à Teoria do Valor, tomados como referencial teórico e fio condutor deste trabalho.

⁴ Doravante *CLG*.

2. 2 LÍNGUA: SISTEMA DE SIGNOS

A língua “é, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 1972, p. 17, grifos nossos). Desta primeira definição de *língua*, que se desdobra posteriormente em “um sistema de signos distintos correspondentes a idéias distintas” (SAUSSURE, 1972, p. 18), destacamos seu caráter convencional, característica constitutiva compartilhada com a escrita.⁵ Junto desta definição, Saussure (1972, p. 22) traz a ideia de escrita como forma tangível das imagens acústicas da língua: “os signos da língua são, por assim dizer, tangíveis; a escrita pode fixá-los em *imagens convencionais*.” (SAUSSURE, 1972, p. 23, grifos nossos). Tais convenções, como já citado, são adotadas pelo corpo social, pela comunidade de falantes, do que decorrem os diferentes idiomas: “trata-se de um tesouro depositado pela prática de fala em todos os indivíduos pertencentes à *mesma comunidade*” (SAUSSURE, 1972, p. 21, grifos nossos). Do mesmo modo, há as diferentes escritas; em outras palavras, à diferença entre as línguas correspondem as distinções entre seus sistemas gráficos de representação. Além deste traço comum, consta ainda a comparação do ponto de vista da Semiologia, que Saussure (1972, p. 24) descreveu como ciência que estuda a vida dos signos no seio da vida social, parte da Psicologia social e, conseqüentemente, da Psicologia geral: “a língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita [...]” (SAUSSURE, 1972, p. 24).

O signo linguístico, por sua vez, é concebido quando “o som [imagem acústica ou significante], unidade complexa acústico-vocal, forma por sua vez, com a idéia [conceito ou significado], uma unidade complexa, fisiológica e mental.” (SAUSSURE, 1972, p. 16). A ligação de seus elementos se dá da seguinte maneira:

Êsses dois elementos [significante e significado] estão intimamente unidos e um reclama o outro. Quer busquemos o sentido da palavra latina *arbor*, ou a palavra com que o latim designa o conceito “árvore”, está claro que somente as vinculações consagradas pela língua nos parecem conformes à realidade, e abandonamos toda e qualquer outra que se possa imaginar. (SAUSSURE, 1972, p. 90, grifo do autor).

Como se conclui, no entanto, que determinada vinculação entre significante e significado está legitimada pela língua e, portanto, conforme a realidade?

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é*

⁵ Como já se pode notar na leitura do Capítulo VI da Introdução ao *CLG*, a questão do lugar da escrita na reflexão saussuriana é polêmica.

arbitrário. [...] o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.” (SAUSSURE, 1972, p. 81-83, grifos do autor).

Retomemos então o caráter convencional da língua e, por conseguinte, do signo linguístico: “com efeito, todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção.” (SAUSSURE, 1972, p. 82). Exemplos como as onomatopeias autênticas e as exclamações em línguas diferentes, que ao serem inseridas no sistema da língua acabam por tornar-se signos imotivados, ilustram essa característica própria da língua e do signo linguístico.

2. 3 ESCRITA: SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA

“Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última, por si só, constitui tal objeto.” (SAUSSURE, 1972, p. 34). A palavra falada, contudo, nem sempre é acessível ao linguista, como no caso de idiomas que não existem mais e mesmo de línguas faladas em lugares distantes. Hoje dispomos de ferramentas que encurtam a distância geográfica, por assim dizer, permitindo o contato com esse objeto linguístico ao menos em alguma medida, como nas gravações de leitura de palavras de dicionários eletrônicos, ao passo que a distância temporal, no caso de línguas antigas e “extintas”, permanece objetivamente, já que o máximo que se pode obter de suas falas são reconstituições.

O documento escrito, portanto, impõe-se frequentemente ao linguista, que não dispõe de um contato direto com a língua enquanto produto social depositado no cérebro de cada falante, pois “[...] o que nos é dado são *as línguas*. O lingüista está obrigado a conhecer o maior número possível delas para tirar, por observação e comparação, o que nelas exista de universal.” (SAUSSURE, 1972, p. 33, grifos nossos). Quando o linguista ignora determinada língua, tenha ela uma escrita a ele desconhecida ou não, pode ainda assim tomá-la como objeto por meio da transcrição; a transliteração, de modo semelhante, possibilita que o leitor “leigo” tenha um contato efetivo com signos de outra língua – e também da Literatura Universal. A escrita transliterada, desse modo, apresenta-se ao leitor com força até maior do que outros documentos escritos, pois pode ser o único recurso de leitura disponível a ele em determinadas situações.

Quanto à obrigação de buscar o que há de universal entre as línguas, acrescentamos a necessidade de destacar, com igual rigor, suas características *distintivas*. Se a escrita, ainda que

“[...] estranha ao sistema interno [...]” (SAUSSURE, 1972, p. 33), é a melhor – quando não a única – maneira de se entrar em contato com uma língua, o testemunho escrito é, no caso da transliteração, o ponto de partida e o ponto de chegada do estudioso que deseja dedicar-se a este assunto. Mais que saber o que há em comum entre as duas línguas envolvidas no processo de transliteração, é imprescindível reconhecer o que há de distintivo entre elas, inclusive entre seus sistemas de representação – e aqui reitero que a escrita é *estranha* ao sistema interno da língua. Transliterar é, portanto, uma tarefa que exige cuidado tanto da língua em sua concretude, materializada em seu aspecto fônico, quanto do código que a representa, sua escrita.

Como proceder, então, ao representar *signos vocais*, nos termos de Saussure, através da escrita de um sistema linguístico diverso daquele utilizado pelos próprios falantes da língua? Se mesmo o código talhado e utilizado propriamente, na medida do possível, para representar esta língua é estranho ao seu sistema interno, que dizer sobre usar uma escrita elaborada para dar conta de *outro* sistema linguístico para representar aquela língua? Uma operação tão delicada requer dupla cautela. É necessário, além de conhecer o sistema interno de ambas as línguas envolvidas no processo, ter ciência das atribuladas relações entre os signos vocais e os grafemas que os representam. Questões como a variação da fala, contudo, não abalam a legitimidade do testemunho escrito, atestado pelo linguista genebrino:

Pouco importa que êsse liame [entre a imagem gráfica das palavras e o som] seja superficial e crie uma unidade puramente factícia: é muito mais fácil de apreender que o liame natural, o único verdadeiro, o do som [...] a imagem gráfica acaba por impor-se à custa do som. (SAUSSURE, 1972, p. 35).

No que toca às semelhanças e diferenças entre os sistemas de escrita, tanto o alfabeto russo moderno, constituído a partir do alfabeto cirílico, quanto o alfabeto latino, utilizado na língua portuguesa, têm como protótipo o alfabeto grego e são alfabetos fonéticos, tal qual Saussure classifica os sistemas de escrita nesta seção.

No momento em que um alfabeto dêsse gênero se estabelece, êle reflete a língua de maneira assaz racional, a menos que se trate de um alfabeto tomado de empréstimo e já inquinado de incoerências. No que respeita à lógica, o alfabeto grego é particularmente notável, conforme veremos na p. 50. Mas essa harmonia entre a grafia e a pronúncia não dura. (SAUSSURE, 1972, p. 36-37).

De fato, o alfabeto latino não consegue representar os signos vocais do português de maneira biunívoca, e prova disto é a quantidade de dígrafos que se faz necessária para representar alguns deles, bem como a sobreposição de inúmeras formas fonéticas condensadas em uma única representação gráfica. Já o alfabeto cirílico foi criado a partir do alfabeto glagolítico (o termo eslavo *glagol* significa “palavra”), criado pelos irmãos São Cirilo e São Metódio (século IX d. C.), missionários da Igreja Cristã pré-cismática que expandiram o

cristianismo ortodoxo no Leste Europeu. Este alfabeto, criado pelos irmãos evangelizadores dos povos eslavos, com a intenção de *contemplan todos os sons das línguas eslavas*, constava de 41 grafemas baseados nos alfabetos grego e hebraico e tinha o intuito de sistematizar estas línguas, fixando-as num modelo de escrita que possibilitasse verter nelas as Escrituras e outros textos. Posteriormente, seguidores de Cirilo e Metódio aperfeiçoaram o alfabeto glagolítico, nomeando o novo alfabeto em homenagem a um dos mestres.⁶ A eficácia do alfabeto cirílico se confirma pelo fato de que, até hoje, seis línguas nacionais nele se baseiam para constituir seu sistema de escrita. O alfabeto russo moderno é um exemplo disto, e a ausência de dígrafos para representar sons da língua russa é outra prova da precisão e da economia dos grafemas eslavos. Esta diferença entre o sistema de escrita do português e o do russo é importante para a compreensão dos problemas de transliteração entre estas línguas.

Tais desacordos nos levam ao seguinte questionamento: se a escrita “não é um traje, mas um disfarce” (SAUSSURE, 1972, p. 40) da língua, o que restará à transliteração? Em face disto, julgamos mais prudente tomar a língua, isto é, nossa percepção do som, enquanto sua materialidade, como ponto de partida e referência de chegada ao processo de transliteração, evitando que se inverta “[...] a relação legítima e real existente entre a escrita e a língua.” (SAUSSURE, 1972, p. 40). Isto, é claro, não significa que a ortografia deva ser ignorada; deve-se buscar também uma correspondência entre os signos gráficos. De qualquer modo, mesmo definindo o som como princípio e fim da transliteração os únicos meios factíveis são os da escrita.

2. 4 UM MÉTODO FONOLÓGICO DE ANÁLISE

“[...] Desapegar-se da letra [...] para nós, constitui o primeiro passo rumo à verdade, pois é o estudo dos sons através dos próprios sons que nos proporciona o apoio que buscamos.” (SAUSSURE, 1972, p. 42). Com efeito isto se aplica também ao ato de transliterar, evitando tropeços no tortuoso caminho que partiria da palavra escrita em sua forma original, passando pela sua pronúncia, para depois chegar à nova forma escrita, em outro alfabeto, e à sua pronúncia, por fim. Cremos ser mais correto tomar o caminho direto da língua em seu aspecto fônico, evitando, assim, os equívocos possíveis na passagem entre os tão diversos sistemas de escrita, com toda a discrepância entre eles – e entre eles e os sistemas internos das línguas que tencionam representar. Cabe lembrar que a língua

⁶ Para mais informações sobre o assunto, cf. Cubberley (1996).

[...] constitui um sistema baseado na oposição psíquica dessas impressões acústicas [formadas pelos movimentos fonatórios descritos pela Fonologia], do mesmo modo que um tapête é uma obra de arte produzida pela oposição visual de fios de cores diferentes (SAUSSURE, 1972, p. 43),

e jamais se pode confundi-la com sua representação pela escrita.

“O lingüista exige, antes de tudo, que lhe seja fornecido um meio de representar os sons articulados que suprima qualquer equívoco.” (SAUSSURE, 1972, p. 43). Se é dever do estudioso da linguagem tomar *o estudo dos sons através dos próprios sons*, como já se explicou anteriormente, nada mais justo que dispor ele de um código que represente estes sons a contento. Assim também é para a transliteração: faz-se necessário um código de escrita fonológica para se representarem os sons da língua desvencilhados dos vícios da ortografia e substituí-la ao longo dos trâmites do processo. Por isso, a transliteração se vale da transcrição, sem no entanto confundir-se com ela.

O verdadeiro serviço que nos presta a Fonologia é permitir que tomemos certas precauções no tocante a essa forma escrita [a ortografia], pela qual devemos passar para chegar à língua. O testemunho da escrita só tem valor com a condição de ser interpretado. Diante de cada caso, cumpre traçar o *sistema fonológico* do idioma estudado, isto é, o quadro dos sons de que êle se utiliza; cada língua, de fato, opera com um número determinado de fonemas bem diferenciados. A única realidade que interessa ao lingüista é êsse sistema. Os signos gráficos constituem apenas a imagem cuja exatidão cumpre determinar. A dificuldade de tal determinação varia conforme os idiomas e as circunstâncias. (SAUSSURE, 1972, p. 44-45, grifos do autor).

Deve-se lançar mão da Fonologia do início ao fim do processo de transliteração: mesmo dispondo da matéria fônica da língua, a ortografia também terá de ser consultada para se transliterar uma palavra, e é a Fonologia que nos previne dos equívocos a que representação gráfica é suscetível.

A diferença que se deve buscar para transliterar uma palavra é a que reside entre os *sistemas fonológicos* das línguas envolvidas neste processo. Para encontrá-la, é necessário um conhecimento razoável dos quadros dos sons destas línguas. Isto exige eventuais estudos descritivos de seus sistemas, que se realizam por meio de:

- a) estabelecer o sistema de sons tal como é reconhecido pela observação direta;
- b) observar o sistema de signos [o sentido da palavra no texto original se aproxima mais de *símbolo escrito*, que diz respeito à relação entre fonema e grafema] que servem para representar – imperfeitamente – os sons. (SAUSSURE, 1972, p. 47, grifos do autor).

O método criticado pelo autor, por outro lado, que consiste em prescrever a pronúncia de cada grafema da língua a ser descrita, não funciona como descrição de um sistema *fonológico* justamente por não o tratar *como sistema*, mas somente como uma tabela de correspondências

biunívocas entre sons e grafemas, sem considerar o valor distintivo do signo em relação aos demais signos deste sistema. A transliteração também não funciona, conforme a concebemos, como fruto de uma tarefa de consulta à tabela de grafemas equivalentes. Tomar a língua, o som – e não a escrita – como matéria-prima da transliteração significa analisar o signo em relação com outros signos que o rodeiam para integrar uma unidade de sentido.

2.5 A TEORIA DO VALOR

Quando afirmo simplesmente que uma palavra significa alguma coisa, quando me atenho à associação da imagem acústica [significante] com o conceito [significado], faço uma operação que pode, em certa medida, ser exata e dar uma idéia da realidade; mas em nenhum caso exprime o fato linguístico na sua essência e na sua amplitude. (SAUSSURE, 1972, p. 136).

Sendo assim, como exprimir o fato linguístico de modo satisfatório? Se afirmar a relação associativa que promove significação do signo é insuficiente, também não será suficiente recorrer somente à observação das mudanças sucessivas relacionadas a esta associação com o passar do tempo – objeto da Linguística diacrônica (ou histórica), que estuda as relações “[...] entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo.” (SAUSSURE, 1972, p. 163). Trata-se de uma questão pertinente à Linguística sincrônica (ou estática), “[...] a Linguística que se ocupa de valores e relações coexistentes [...]” (SAUSSURE, 1972, p. 117). Mas como definir o estado em que esses valores e essas relações coexistem?

Na prática, um estado da língua não é um ponto, mas um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a soma de modificações ocorridas é mínima. [...] Um estado absoluto se define pela ausência de transformações e como, apesar de tudo, a língua se transforma, por pouco que seja, estudar um estado de língua vem a ser, praticamente, desdenhar as informações pouco importantes [...] Em suma, a noção de estado de língua não pode ser senão aproximativa.” (SAUSSURE, 1972, p. 17-18).

Um estado sincrônico da língua pode ser definido como um intervalo entre períodos de mudança significativa. Entre estes momentos, a língua muda pouco, o que permite ao linguista observar suas relações em sincronia, sem que mudanças pouco relevantes afetem significativamente seu estudo.

Definido o terreno sobre o qual o fato linguístico pode então ser exprimido, cumpre divisar sua concretude: “Os signos de que a língua se compõe não são abstrações, mas objetos reais (ver p. 23); é deles e de suas relações que a Linguística se ocupa; podem ser chamados *entidades concretas* desta ciência. [...] A entidade linguística só existe pela associação do significante e do significado.” (SAUSSURE, 1972, p. 119).

A partir daí, deve-se delimitar sua unidade:

A entidade lingüística não está completamente determinada enquanto não esteja *delimitada*, separada de tudo o que a rodeia na cadeia fônica. São essas entidades delimitadas ou *unidades* que se opõem no mecanismo da língua. [...] A unidade não tem nenhum caráter fônico específico e a única definição que dela se pode dar é a seguinte: uma porção de sonoridade que, com exclusão do que precede e do que segue na cadeia falada, é significativa de um certo conceito. (SAUSSURE, 1972, p. 119, grifos do autor).

Como delimitar essa porção de sonoridade, significativa de um conceito, do que a rodeia na cadeia falada? Saussure (1972, p. 121) ensina um método que consiste em representar a fala em duas cadeias paralelas, uma para os significantes, outra para os significados, delimitando as unidades por meio de traços perpendiculares a ambas as cadeias e que as seccionam. Ao aplicar esta técnica, logo se evidencia que as unidades não correspondem às palavras. “Deve-se procurar a unidade concreta fora da palavra. Além disso, muitas palavras são unidades complexas, nas quais é fácil distinguir subunidades (sufixos, prefixos, radicais).” (SAUSSURE, 1972, p. 122). O próprio esforço de delimitação da unidade permite concluir que

[...] a língua tem o caráter de um sistema baseado completamente na oposição de suas unidades concretas. Não podemos dispensar-nos de reconhecê-la, nem dar um passo sem recorrer a elas; e, no entanto, sua delimitação é um problema tão delicado que nos perguntamos se elas, as unidades, existem de fato. (SAUSSURE, 1972, p. 124).

Levanta-se então a questão da identidade sincrônica, já que “pode haver identidade sem tal correspondência [entre porção de sonoridade e significação].” (SAUSSURE, 1972, p. 125). Exemplos disso são variações de entonação da mesma palavra e, do lado oposto, homófonos que exprimem ideias diferentes. Isto ocorre

Porque a entidade que a [unidade lingüística] constitui não é puramente material; funda-se em certas condições a que é estranha sua matéria ocasional, por exemplo sua situação relativamente às outras [...] Sempre que se realizam as mesmas condições, obtêm-se as mesmas entidades. E, no entanto, estas não são abstratas [...] O vínculo entre os dois empregos da mesma palavra não se baseia na identidade material nem na exata semelhança de sentido [...] Vê-se, pois, que nos sistemas semiológicos, como a língua, nos quais os elementos se mantêm reciprocamente em equilíbrio de acôrdo com regras determinadas, a noção de identidade se confunde com a de valor, e reciprocamente. Eis porque, em definitivo, a noção de valor recobre as de unidade, de identidade concreta e de realidade.” (SAUSSURE, 1972, p. 126-128).

Antes de seguir na articulação de sua Teoria do Valor, Saussure discorre sobre a relação entre o pensamento e a percepção da matéria fônica na língua:

Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado [...] A substância fônica não é mais fixa, nem mais rígida; não é um molde a cujas formas o pensamento deve necessariamente acomodar-se, mas uma matéria plástica que se divide, por sua vez, em partes distintas, para fornecer os significantes dos quais o pensamento tem

necessidade. [...] O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das idéias, mas servir de intermédio entre o pensamento e o som em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. [...] Não há, pois, nem materialização do pensamento, nem espiritualização de sons, trata-se antes, do fato [...] de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas. [...] assim tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som [...] *esta combinação produz uma forma, não uma substância*. [...] os valores continuam a ser inteiramente relativos, e eis porque o vínculo entre a idéia e o som é radicalmente arbitrário. [...] cumpre partir da totalidade solidária para obter, por análise, os elementos que [o sistema] encerra.” (SAUSSURE, 1972, p. 130-132, grifos do autor).

Estes trechos retomam e desenvolvem a natureza da língua e do signo linguístico: este sendo *radicalmente arbitrário*, e aquela servindo como conexão entre o pensamento e o som. Em suma, a língua *é e produz forma, não substância*.

Em se tratando do valor no seio dessa forma, cabe distingui-lo do significado:

de um lado, o conceito nos aparece como contraparte da imagem auditiva (significante) no interior do signo, e, de outro, êste mesmo signo, isto é, a relação que une seus dois elementos, é também, e de igual modo, a contraparte dos outros signos da língua. [...] mesmo fora da língua, todos os valores parecem estar regidos por êsse mesmo princípio paradoxal. Êles são sempre constituídos: 1.º por uma coisa *dessemelhante*, suscetível de ser *trocada* por outra cujo valor resta determinar; 2.º por coisas *semelhantes* que se podem *comparar* com aquela cujo valor está em causa. (SAUSSURE, 1972, p. 133-134, grifos do autor).

Ou seja, enquanto o significado é a contraparte do significante no interior do signo linguístico, o valor – que não está dentro do signo em si, mas é efeito da relação que une suas duas faces e o constitui – é a contraparte dos outros signos, podendo ser substituído por algo diferente e comparado com algo parecido. O exemplo dado por Saussure (1972, p. 134) é a do valor de uma moeda, que pode ser trocada por algo totalmente diferente, como pão, e por algo semelhante, como a moeda de outro país.

Em todos êsses casos, pois, surpreendemos, em lugar de *idéias* dadas de antemão, *valôres* que emanam do sistema. Quando se diz que os valores correspondem a conceitos, subentende-se que são puramente diferenciais, definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são. (SAUSSURE, 1972, p. 136, grifos do autor).

Em seu aspecto material, isto é, o significante, o valor também é dado pela comparação opositiva:

O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de tôdas as outras, pois são elas que levam a significação. [...] Já que não existe imagem vocal que responde melhor que outra àquilo que está incumbida de transmitir, é evidente, mesmo *a priori*, que jamais um fragmento de língua poderia basear-se, em última análise, noutra coisa que não seja sua não-coincidência com o resto. *Arbitrário e diferencial*

são duas qualidades correlativas. [...] [o significante linguístico] não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras. [...] Cada idioma compõe suas palavras com base num sistema de elementos sonoros cada um dos quais forma uma unidade claramente delimitada e cujo número está perfeitamente determinado. Mas o que os caracteriza não é, como se poderia crer, sua qualidade própria e positiva, mas simplesmente o fato de não se confundirem entre si. Os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas, relativas e negativas. (SAUSSURE, 1972, p. 137-138, grifos do autor).

Deste modo, nem mesmo a parte concreta da língua produz um valor positivo, substancial. “Êsse princípio é tão essencial que se aplica a todos os elementos materiais da língua, inclusive os fonemas.” (SAUSSURE, 1972, p. 138).

Por fim, Saussure (1972, p. 138-139) afirma que há identidade entre as condições relativas ao valor considerado em seu aspecto material na língua e o estado de coisas na escrita. Em razão disto, toma esta como termo de comparação daquela, postulando que ambas compartilham características como a arbitrariedade dos signos, os valores puramente negativos e diferenciais, o funcionamento destes pela oposição recíproca dentro de um sistema definido e a indiferença do sistema em relação ao meio de produção do signo.

3. ALGUMAS PUBLICAÇÕES REFERENTES À TRANSLITERAÇÃO DA LÍNGUA RUSSA À LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

3.1 NORMAS OFICIAIS

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou, no início dos anos 1960, um documento oficial que regulava a transliteração de caracteres cirílicos, entre os quais se inclui, como vimos anteriormente, o alfabeto russo moderno. Esta norma, a NB-102, voltava-se à datilografia e tinha como intuito padronizar os meios utilizados pelas tipografias ou editoras brasileiras daquela época para contornar as limitações técnicas por elas enfrentadas, como a carência de tipos com caracteres de alfabetos diferentes do latino.

Em fevereiro de 2006, todavia, a NB-102 foi cancelada pela ABNT, que já então a julgou obsoleta: “Atualmente existem diversos recursos eletrônicos para realizar esta transliteração. Há ainda a ISO 9:1995 sobre o assunto.” (BRASIL, 2005, p. 137).⁷ A ISO mencionada nesta citação do *Diário Oficial da União*, porém, oferece um código repleto de caracteres com sinais diacríticos cuja interpretação exige o conhecimento de seu padrão, criado para textos técnicos, especializados;⁸ tal sugestão da ABNT, portanto, não contempla o leitor médio de literatura ficcional em tradução.

Nenhuma orientação normativa oficial acerca da transliteração do russo ao português foi proposta no Brasil desde então. As limitações da tecnologia tipográfica de meados do século XX motivaram a ABNT a publicar a NB-102, única norma desta natureza publicada no país; assim que aqueles problemas editoriais se resolveram, contudo, cancelou-se a norma, e até hoje não há documento oficial que a substitua em sua função padronizadora.

3.2 DICIONÁRIOS BILÍNGUES

Os dicionários russo–português consultados são todos de procedência europeia, lusitana ou russa; entretanto, são dicionários vendidos no Brasil e que circulam entre os estudantes e tradutores do russo no país. Sendo assim, consideramos influentes estas obras no âmbito da tradução do russo ao português no Brasil.

A partir de recorrências observadas nas transliterações encontradas nos dicionários analisados, pôde-se formular o seguinte padrão:

⁷ cf. ANEXO A.

⁸ cf. ANEXO B.

Tabela 3 – Descrição das regras de transliteração em dicionários russo-português

Original	Transliteração
Ё	IO
Ю	IU
Я	IA
Й	I
К	K
Х	KH
Ш	CH
Ч	TCH
Ж	J
С	SS (entre vogais)

Fontes: *Dicionário Russo-Português* (1961); Voinova et al. (2001); e *Dicionário Mini Russo-Português Português-Russo* (2013).

Os itens das quatro primeiras linhas (Ё, Ю, Я e Й) são, respectivamente, três vogais brandas e uma semivogal,⁹ e suas transliterações mostram que, diferente de transliterações comuns em textos traduzidos para o inglês americano, os sons semivocálicos são transliterados como I, e não como Y ou J. Do mesmo modo, o Ш é representado por CH, nunca SH, assim como não se translitera Ж como ZH, mas somente como J. O grafema К russo é sempre mantido como o K português, e o С russo, como SS em posição intervocálica, deliberação que evita uma série de problemas causados pela relação dos grafemas do português entre si. Além dessas correspondências, reparou-se que as palavras russas não têm, via de regra, a sílaba tônica marcada por sinal gráfico, se bem que há transcrição da pronúncia na maioria dos casos.

3. 3 IMPRENSA

Alguns manuais de redação e estilo de jornais e revistas trazem orientações sobre a transliteração de palavras russas:

⁹ Vale a pena mencionar que há divergência quanto à classificação do fonema representado pelo grafema russo Й, considerado um som consonantal por alguns gramáticos.

Quadro II – Diretrizes da *Folha de São Paulo*

Transliterar segundo a pronúncia aproximada, acentuando de acordo com as normas do português;

Simplificar sufixos ЫЙ e ИЙ por I;

Para transliterar Г, usar GU antes de E e I;

Respeitar a grafia de transliterações consagradas; e

Quando houver diferença entre as transliterações inglesa e espanhola e não se tiver acesso ao original russo, passar ao português via inglês.

Fonte: Folha de São Paulo (2005).

O primeiro item demonstra a atenção prestada à pronúncia, à ortografia e à prosódia do português, conforme já se discutiu neste trabalho a respeito do ato de transliterar por definição.¹⁰ O segundo trata dos sufixos russos terminados em semivogais, recorrentes entre os nomes próprios, regulando sua simplificação em I e evitando assim uma transliteração que cause estranhamento no leitor. O terceiro item resolve um problema ortográfico com a definição de uma regra que prescreve a utilização de um dígrafo sempre que necessária para manter a semelhança com a sonoridade original – o que também previne a confusão entre os sons dos grafemas russos Ж e Г em português. A penúltima orientação diz respeito àquilo que denominamos *termos culturais*: em vez de se transliterar Москва como “Moskvá”, se o translitera como Moscou, já consolidada em nossa cultura.

Quadro III – Diretrizes d’*O Globo*

Buscar grafia simplificada que se aproxime ao som da palavra;

Preferir-se K a C; e

Evitar a imitação das grafias inglesa e francesa.

Exemplos:

Хрущёв – Kruchov, e não “Khrouchev”, como no francês, ou “Kruschev”, do inglês;

Горбачёв – Gorbatchov, e não “Gorbachev”; e

Чернобыль – Tchernóbil, e não “Chernobyl”.

Fonte: O Globo (1992).

¹⁰ cf. subseção 1. 2 DEFINIÇÕES DE DICIONÁRIO.

Semelhante ao manual da *Folha*, este também mostra preocupação com a sonoridade da palavra transliterada e orienta a representação do K russo pelo K português. Além disso, preconiza uma grafia simplificada e recomenda cautela em relação às transliterações inglesas e francesas, o que sugere a consciência de que a utilização destas em textos escritos em português podem afastar a pronúncia do leitor brasileiro do som original da palavra, como ilustram os exemplos dados.

3. 4 MEIO ACADÊMICO

O Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) publicou, no primeiro número do *Caderno de Literatura e Cultura Russa* (2004, p. 393), uma tabela de transliteração do russo para o português (cf. Anexo A), que serve como referência para publicações acadêmicas e também para traduções fora deste contexto. Este material, assim como os anteriores, também previne o tradutor dos problemas possíveis com a transliteração do Г (G ou GU: *Evguiêni* a *Evgiêni*, por exemplo) e do C intervocálico (SS: como *Iossif*, em vez de *Iosif*); já as vogais E, quando palatalizada, e Э têm seus graus de abertura marcados por sinais gráficos – IÉ (aberta, presente em *Dostoiévski*) e Ê (fechada, como consta em *Eduard*), respectivamente; além disso, a consoante III é representada pela sequência CHTCH,¹¹ e a vogal dura Ъ, por Y (*Saltykov-Chtchedrin*).

Zoia Ribeiro Prestes (2010, p. 17), fluente em russo, baseou-se nesta tabela para lidar com nomes próprios e títulos de publicações russos sem tradução para o português em sua tese de doutorado em Educação sobre as traduções de Vigótski no Brasil. Além do material da USP, valeu-se também da tabela de um livro didático, com indicações de pronúncia a partir do espanhol, e formulou princípios específicos para suas transliterações: a consoante russa X é representada por RH quando inicial (*Rharms*, por exemplo) e por RR (*Tcherrov*) quando no meio da palavra; e a vogal E russa é sempre transliterada como E, sem a semivogal que pode anteceder-la (*Dostoiévski*).

Do mesmo modo que Prestes (2010, p. 17) lembra “[...] que não há uma regra oficial no Brasil para a transliteração do russo para o português [...],” dado já mencionado nesta seção,¹²

¹¹ Consta que, atualmente, a tabela do Curso de Russo da USP translitera o grafema russo III como SCH em português, e não mais como CHTCH (cf. ANEXO A). Contudo, não tivemos acesso a uma tabela atualizada.

¹² cf. a subseção 3. 1 NORMAS OFICIAIS.

Bruno Mariotto Jubran, em sua dissertação de mestrado em Relações Internacionais sobre parcerias entre a Rússia e o Brasil de 1992 a 2010, afirma que

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) não apresenta, quando da publicação deste trabalho, nenhuma normativa ou especificação sobre esse aspecto [da transliteração de nomes e termos em russo], o que propicia certa liberdade para a grafia de nomes em russo no Brasil. Há algumas versões de transliteração para nomes russos em português, que, no entanto, são pouco utilizados, e podem ser pouco práticos justamente por não serem tão difundidos. Usaremos a transliteração comumente usada em inglês, por ser a grafia, de longe, a mais comum. (JUBRAN, 2012, p. 17).

Como se pode ver, até mesmo um material de referência elaborado por especialistas acaba sendo negligenciado pelos acadêmicos, seja de modo relativo ou absoluto, sem dispor de força legal.

3.5 TRADUÇÕES

Assim com as considerações de pesquisadores acerca dos princípios de transliteração seguidos em seus trabalhos acadêmicos, interessam-nos as notas de tradutores sobre os preceitos por eles escolhidos para transliterar em seus trabalhos. Analisaremos um texto de Natália Nunes (1963, p. 16-21) do primeiro volume da *Obra completa* de Dostoiévski e outro de Vera Pereira (2008, p. 19-20), na tradução da biografia de Dostoiévski escrita em inglês por Joseph Frank.

Sobre o “Critério observado na transliteração e grafia dos vocábulos russos” na tradução de Dostoiévski, Natália Nunes afirma que tal edição pretende resolver, entre outros, os problemas

[...] da transliteração dos nomes próprios e comuns, russos, que figuram no texto. Se é verdade que serviram de grande subsídio as transliterações existentes nas versões espanhola e francesa, não é menos verdade que a transposição do russo para o português enfrenta fatos novos, tendo em vista que tanto o espanhol quanto o francês possuem certos fonemas, representados nos seus alfabetos (j, ch) (ch, f, ine), que se ajustam muito melhor do que os fonemas portugueses à “imitação” dos fonemas russos. O problema não consiste exatamente em adotar os símbolos da transliteração internacional, destinados a fins científicos, mas em escolher um método fácil e, digamos, popular e acessível, de reproduzir com a maior aproximação os sons da língua russa, mediante letras e fonemas portugueses”. (NUNES, 1963, p. 16).

Logo a seguir, a tradutora apresenta de fato seus critérios de transliteração:

Tabela 4 – Critérios de transliteração de Natália Nunes

Original	Transliteração	Exemplo
Ц	TS, preferencialmente	<i>Tsveteáva</i>
Ч	TCH	<i>Tchekhov</i>
Щ	CHTCH, não oferecendo maior dificuldade	<i>Chatchedrin</i>
Ы	I	<i>Saltikov</i>
X	KH, por hábito já estabelecido nas línguas ocidentais que carecem de um grafema adequado para representar tal fonema, embora o H posposto ao K não faça com que o leitor emita o som aspirado, duro e gutural daquela consoante russa	<i>Kharms</i>
-ИИ (sufixo)	-IN, abolindo-se o acréscimo de -E final	<i>Púchkin</i>
Sem marcação gráfica de acento	Acento gráfico para indicar sílaba tônica	<i>Dostoiévski</i>
Plural	Forma russa flexionada transliterada, em vez da formação de plural em -S do português	<i>Karamázovi</i>
Grafemas duplos (HH, БЙ, ИЙ)	Abolidas (I), exceto SS (C intervocálico)	<i>Afanassi</i>
Topônimos	Conforme o <i>Atlas Geográfico</i> e o <i>Atlas Histórico</i> escolares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério de Educação e Cultura (MEC), transliterando os nomes que não constam destas duas obras	<i>Moscou</i>

Fonte: Nunes (1963, p. 16-19).

Outras questões acerca da transliteração do russo ao português são levantadas, como a das “[...] formas erradas que já adquiriram carta de cidadania em português.” (NUNES, 1963, p. 17) e a da distinção entre os L e N duros e brandos. “Todos compreendem, porém, que um rigor excessivo seria demasiado em edição de caráter não erudito.” (NUNES, 1963, p. 17). Ao

final do texto, encontra-se ainda uma “breve nômima de prenomes russos” com vários dos diminutivos de cada nome listado.

Quatro décadas depois, Vera Pereira (2008, p. 19-20) escreve, em sua tradução da biografia de Dostoiévski escrita pelo americano Joseph Frank em cinco volumes, que o grande problema da transliteração russo– português é a acentuação, sobre a qual há divergências mesmo entre regiões diferentes em que se fala russo. A tradutora acrescenta à tabela de referência da USP uma nova coluna, retirada do método de transliteração do russo ao inglês, língua fonte de seu trabalho, e baseia-se nas traduções para o inglês de Constance Garnett, “porque ela toma menos liberdade com o sentido literal do que tradutores recentes. Contudo, não me furtei a alterar sua tradução quando me pareceu pertinente.” (PEREIRA, 2008, p. 19-20). Vale-se ainda das formas aportuguesadas de nomes próprios russos já existentes e habituais, como Alexandre, em vez de Alexandr.

4. ANÁLISE FONOLÓGICA DA LEITURA DE NOMES PRÓPRIOS RUSSOS transliterados PARA O PORTUGUÊS

4.1 DADOS

O material reunido para este estudo foi captado por oitiva; por conseguinte, a análise dele realizada também é tão precisa quanto o alcance de nossos sentidos sem o auxílio de equipamentos técnicos consegue apreender. A coleta destes dados não se valeu de questionários, entrevistas, relatórios, gravações ou algo do gênero, mas somente de nossa audição atenta à pronúncia de nomes próprios russos ao longo de aproximadamente quatro anos. A partir desta escuta, sintetizamos as realizações fônicas mais recorrentes – e aquelas que julgamos as mais significativas – em torno de nomes próprios de autores e personagens da Literatura Russa em tradução no Brasil. Cuidou-se para selecionar este material da fala de professores e alunos com nível superior de escolarização, completo ou incompleto, sobretudo no contexto do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), *sem* conhecimento efetivo da língua russa; a respeito desta amostra, podemos assegurar que, entre hesitações e recusas à leitura ou menção dos nomes em questão, observa-se pouca variação em sua pronúncia.

Tabela 5 – Transliterações, expectativas de pronúncia, leituras concretizadas

Original	Pronúncia ¹³	Transliteração	Expectativa	Leitura
Толстой	/tows'toj/	Tolstói	[tows'tɔj]	[tows'tɔj]
Анна Каренина	/'a.n:a ka'rje.ni.na/	Anna Kariênina	['ã.nã ka'rje.ni.nə]	['ã.nã ka.re'ni.nə]
Пушкин	/'puʃ.kin/	Púchkin	['puʃ.kiɲ]	['puʃ.kiɲ]
Горький	/'gor.ki/	Górki	['gɔr.kɪ]	['gɔr.kɪ]
Тургенев	/tur'gje.njev/	Turguêniev	[tur'ge.njev]	[tur.ge'nje.vɪ]
Гоголь	/'go.gol'/	Gógol	['gɔ.gow]	[go'gɔw]
Михаил	/mi.xa'iw/	Mikhail	[mi.xa'iw]	[mi.ka'iw]

¹³ Optou-se pela transcrição fonológica da pronúncia nativa, em vez da transcrição fonética, a fim de se prescindir da distinção de sons passíveis de variação, bem como da descrição dos fenômenos fonológicos que os ocasionam. Trata-se, com efeito, de uma questão concernente à transliteração; no entanto, deixaremos para tratar dela mais adiante.

Original	Pronúncia	Transliteração	Expectativa	Leitura
Владимир Набоков	/vla'di.mir na'bo.kov/	Vladimir Nabokov	[vla'dzi.mir na'bɔ.kov]	[vla.dzi'mir na.bɔ'kɔ.vi]
Чехов	/'tʃe.xov/	Tchekhov	['tʃe.xɔv]	[tʃe'kɔ.vi]
Достоевский	/dos.to'jefs.ki/	Dostoiévski	[dos.to'jefs.ki]	[dos.to'je.vɪs.ki]
Родион Романович Раскольников	/ro.di'on ro'ma.no.vitʃ ras'kol'.ni.kov/	Rodion Românovitch Raskólnikov	[xo'dʒiðṽ xo'mã.no.vitʃ xas'kow.ni.kɔv]	['xɔ.dʒiðṽ xo.mã.no'vi.tʃi xas.kow.ni'kɔ.vi]
Романовна	/ro'ma.nof.na/	Românovna	[xo'mã.nof.nə]	[xo.mã'nɔ.vi.nə]
Разумихин	/ra.zu'mi.xin/	Razumikhin	[xa.zu'mi.xiŋ]	[xa.zu'mi.kiŋ]
Карамазов	/ka.ra'ma.zov/	Karamazov	[ka.ra'ma.zov]	[ka.ra.ma'zɔ.vi]
Порфирий	/por'fi.ri/	Porfiri	[por'fi.ri]	[por'fi.ri]

Fonte: elaborado pelo autor.

4. 2 ANÁLISE

Transliterações como *Anna Kariênina*, *Gógol* e o prenome *Rodion*, a despeito de sua correção ortográfica, com sinal de acentuação adequado, apresentam um resultado de leitura diferente do esperado. Já *Tolstói*, *Púchkin* e *Górki*, também escritos de acordo com a ortografia portuguesa, são pronunciados conforme se esperava. Chamam a atenção *Vladimir* e *Porfiri*: o primeiro não é pronunciado como se esperava, mas sua ortografia justifica tal equívoco, enquanto o segundo também apresenta grafia inadequada (sílabas final formada por consoante seguida de I é sempre a tônica em português, salvo quando há diacrítico indicando tonicidade em outra sílaba) e, apesar disso, é lido como o esperado.

No caso do prenome *Mikhail* e dos sobrenomes *Razumíkhin* e *Tchekhov*, vê-se que o grafema russo X é descaracterizado em sua transliteração (KH): mesmo se valendo de um dígrafo, o som original, fricativo, torna-se oclusivo, ou seja, o H não cumpre sua função de acrescentar os traços contínuo e aspirado à oclusiva velar (K). De fato, o H não representa, via de regra, um fonema aspirado na língua portuguesa; as exceções costumam ser palavras estrangeiras incorporadas à nossa língua.

Tchekhov ainda apresenta, junto dos outros nomes terminados em -V, morfema derivacional bastante comum entre sobrenomes russos, como *Turguêniev*, *Nabokov*, *Raskólnikov* e *Karamazov*, um desvio de tonicidade, muito embora estejam grafadas conforme

a ortografia: mesmo as proparoxítonas (*Turguêniev, Raskólnikov*), cujo acento é indicado por marca gráfica, pronunciam-se como oxítonas, em relação a sua grafia. O mesmo ocorre nos patronímicos masculinos, formados pelo sufixo -ITCH, do que a pronúncia de *Românovitch* serve de exemplo. Observa-se um fenômeno de epêntese na pronúncia destes nomes, mais especificamente uma *paragoge* – acréscimo de vogal em final de palavra –, fato que se explica por serem as terminações em -V e -ITCH demasiado estranhas à língua portuguesa; como a tendência prosódica desta é a inclinação às paroxítonas, o acento recai na sílaba que em tese seria a última, mas tornou-se a penúltima em razão da epêntese sofrida pela palavra, que recebe uma nova sílaba.

Outra sonoridade russa que provoca estranhamento ao leitor brasileiro é o encontro consonantal VS, com o V perdendo seu vozeamento na língua russa. Vê-se que aqui também ocorre epêntese: *Dostoiévski* e o patronímico feminino *Românovna* sofrem o acréscimo de uma vogal entre aquelas duas consoantes, gerando outra sílaba. O mais interessante é que, enquanto *Dostoiévski* costuma ser pronunciado do modo esperado, patronímicos femininos proparoxítonos, como *Românovna*, mesmo com acento gráfico, são lidos como paroxítonas – o que acontece é que o primeiro, mesmo com a sílaba acrescentada pela epêntese, mantém a tonicidade na mesma sílaba, que de penúltima passou a antepenúltima (além propensão ao hiato na sequência OIÉ, que forma um ditongo crescente); já no segundo caso não se poderia manter a tonicidade na mesma sílaba, pois a epêntese deixou-a além do paradigma prosódico do português, cuja tonicidade não costuma passar da antepenúltima sílaba.

5. SOBRE ALGUNS PROBLEMAS ENCONTRADOS NA TRANSLITERAÇÃO RUSSO–PORTUGUÊS

5.1 NOMES CONSAGRADOS

A análise fonológica do produto de transliterações como *Kariênina* e *Gógol* mostraram resultados intrigantes: ainda que realizadas com eficiência e cautela quanto à correção ortográfica, ouvem-se com frequência a primeira, proparoxítona, pronunciada como paroxítona e a segunda, paroxítona, como oxítona. Nestes casos, não se pode atribuir o desvio de pronúncia à presença de sequências sonoras estranhas ao português, pois não as há; a motivação mais aparente, portanto, parece ser algo exterior ao método de análise empregado – o amplo conhecimento destes nomes, pelo público leitor brasileiro, em suas versões antigas, presente em traduções já consagradas em nosso país, lidas por gerações. Essas traduções eram feitas a partir da língua francesa, da qual importavam as transliterações, realizadas tendo em vista a escrita e a fonologia do francês. *Kariênina* grafava-se *Karenina*, de modo a evitar que, na fala francesa, tal nome se tornasse oxítono; *Gógol*, por sua vez, foi transliterado simplesmente como *Gogol*, tendo seu acento alterado nas traduções francesas. Estas foram as transliterações trazidas ao Brasil nas primeiras traduções da Literatura Russa para o português – sem contar os inúmeros leitores brasileiros que tiveram acesso às obras diretamente nas traduções francesas. Destarte, esses nomes próprios já se constituem como termos culturais há décadas.

5.2 ORTOGRAFIA

O prenome *Vladimir*, originalmente paroxítono, é em geral pronunciado como oxítono pelos brasileiros que não conhecem efetivamente a língua russa, ou outras línguas eslavas. A grafia desta transliteração, contudo, legitima tal pronúncia: palavras terminadas em R, no português, são oxítonas – assim como o paradigma do infinitivo verbal –, salvo quando há marca gráfica indicando que a sílaba tônica é outra. Não se pode ignorar, é claro, que se trata de um nome relativamente comum em nosso país, onde é conhecido justamente com essa mesma grafia e essa mesma pronúncia – a oxítona. Será, neste caso, uma transliteração? Ou será uma tradução, uma adaptação do nome eslavo à sua versão aportuguesada?

Se no caso anterior o que se poderia considerar um equívoco de pronúncia é justificado pela grafia, a transliteração do prenome *Porfiri*, por outro lado, um equívoco de grafia e de leitura – conquanto o resultado da pronúncia seja positivo. Palavras terminadas em sílaba formada por I antecedida por consoante(s) são oxítonas, exceto quando há diacrítico indicando

tonicidade diferente. Assim como a transliteração mais correta do prenome anterior é *Vladimir*, com acento agudo indicando a penúltima sílaba como tônica, o mais adequado seria *Porfíri*, a mesma marca gráfica a assinalar que não se trata de palavra oxítone. O fato é que, mesmo com esta incorreção ortográfica, o leitor acerta a pronúncia. Não descartamos a possibilidade de que haja algo que o leve a intuir que se lê de tal maneira, embora não conseguimos pensar no que isso seria até então; mas também pode ser que ele simplesmente desconheça esta convenção ortográfica do português – ou, o que também parece provável, ambas as hipóteses são válidas simultaneamente.

5.3 PROSÓDIA

Sobrenomes terminados em -V e patronímicos, tanto masculinos, terminados em -ITCH, como femininos, terminados em -OVNA ou -EVNA, transliterados ao português introduzem sonoridades estranhas ao sistema desta língua. Como mostra a análise, estes contrastes não causam grandes problemas de ordem fonêmica, por assim dizer, pois a matéria fônica ligada à palavra original se molda ao inventário fonológico da língua alvo, adquirindo nela o devido valor distintivo – o B russo (/v/) não sofre desvozeamento, como na pronúncia original, nestas transliterações; todavia, seu valor distintivo dentro da porção sonora do nome não é afetado.

Sendo assim, julgamos que a questão mais relevante acerca da transliteração destes nomes é a mudança em sua prosódia. Mais uma vez, os dados mostraram que todo o cuidado não basta: o sinal gráfico de acentuação não garante que o leitor entenderá qual é a sílaba tônica, falhando em preveni-lo dos efeitos de fenômenos fonológicos como os metaplasmos flagrados na análise. As transliterações do russo para o francês representavam a terminação russa em -B (/v/), por exemplo, por -FF, aproximando-a de uma transcrição fonêmica, com a pena de afastá-la da identidade ortográfica do nome. Quanto a uma solução para o caso no português, resta ainda descobri-la.

5.4 O GRUPO KH

A transliteração do X russo pelo grupo KH em português é uma solução importada da transliteração russo-ínglês: neste último idioma, o grafema H, que representa de fato um fonema aspirado, acrescenta este traço ao fonema representado pelo K. Tal como já foi comentado na seção anterior, isto não se dá no português, e é por isso que as leituras de nossas

transliterações de palavras com o X russo sempre se realizam pronunciando o grupo KH como se não houvesse seu segundo grafema.

A alternativa de transliterar o X inicial como RH e como RR quando no meio da palavra parece eficiente em muitos casos, e é interessante lembrar que a autora que a utilizou (PRESTES, 2010, p. 17) aprendeu a língua russa com uma falante nativa, o que nos sugere que seu método de transliteração possua um valor prático genuíno, sem o filtro da artificialidade da escrita. No entanto, sabe-se a realização do R varia no Brasil, fato que já impossibilitaria uma padronização desta estratégia. A transliteração do X russo, tão facilmente resolvida com o J no espanhol, é possivelmente o problema mais complicado da transliteração russo-português.

5.5 A REDUÇÃO VOCÁLICA NA LÍNGUA RUSSA¹⁴

Uma questão levantada com frequência a respeito da transliteração russo-português se refere à transliteração do O russo em sílabas átonas. Dado que a vogal representada por este grafema sofre redução vocálica, na Língua Russa, quando não se encontra na sílaba tônica da palavra, soando mais como um /a/ do que como um /o/ aos nossos ouvidos, indaga-se se não seria mais adequado passar-se a transliterar *Dastaiévski* em vez de *Dostoiévski*, por exemplo. A respeito disto, julgamos que, embora o intuito da reflexão sobre a transliteração seja otimizar seu procedimento, não se pode descartar o dado ortográfico, que também constitui a identidade da palavra – reiteramos o risco do não reconhecimento do nome transliterado em outra língua, mesmo que esta também seja representada pelo alfabeto latino, já que nenhuma delas, até onde sabemos, recorre a este expediente. Além disso, consta que esta redução desta vogal russa em posição átona, apesar de ser a regra na língua padrão, não ocorre em todos os dialetos russos.

5.6 SUGESTÕES

Tudo quanto se encontrou ao longo de nossa pesquisa bibliográfica em matéria de propostas de aperfeiçoamento da técnica de transliteração do russo foi um breve artigo (EDGERTON, 1989, p. 97-99) na revista norte-americana *Slavic Review* acerca dos problemas da transliteração russo-inglês. A preocupação do autor é em relação ao fato de que a Inglaterra

¹⁴ Menciona-se aqui somente a redução do O átono, posto que outras vogais, como o Я em Маяковский (transliterado *Maiakóvski*), e mesmo ditongos, como АЙ em Чайковский (transliterado *Tchaikóvski*), também sofrem reduções vocálicas semelhantes quando em sílaba átona. Estes outros casos de redução vocálica no russo, contudo, não recebem maior destaque nas fontes consultadas.

logo passaria, então, a basear suas transliterações do russo no sistema norte-americano, considerado um caos, já que se constituía de três padrões diferentes – um voltado para periódicos, outro aos catálogos editoriais, e o último a publicações acadêmicas especializadas em Linguística e Literatura (cf. Anexo B). Sua proposta de reforma, a substituição de sinais gráficos semelhante a apóstrofos pelo grafema J para transliterar o grafema Ъ (/j/), bem como os glides das vogais brandas Я, Е, Ё e Ю (/ja/, /je/, /jo/ e /ju/, respectivamente). Esta mudança foi aceita e parece vigorar até hoje; porém, trata-se de uma reforma voltada à literatura especializada da Eslavística.

Nosso trabalho, por outro lado, sempre esteve voltado à Literatura Russa publicada no mercado editorial brasileiro, ou seja, sempre tivemos em mente o leitor brasileiro, que muito raramente domina a língua russa. Não pretendemos sanar os problemas da transliteração russo-português no Brasil, pois nos preocupamos objetivamente com nada mais do que a recepção das Literatura Russa em tradução no país – que, na verdade, não é afetada tão profundamente pela ausência de regularidade na transliteração dos nomes próprios. Cremos poder sugerir, a partir de nossa reflexão, com base na definição de transliteração e nos princípios linguísticos sobre a escrita e o valor aqui discutidos, não mais do que alguns princípios para a eventual elaboração de um método padrão de transliteração russo–português:

1. observar atentamente as diferenças entre os repertórios fonêmicos da língua de partida e a língua alvo: é inútil insistir em encontrar correspondências sonoras absolutas entre sistemas linguísticos tão diversos;
2. partir da imagem acústica dos nomes, e não da ortografia, sem no entanto desconsiderá-la: embora o signo não se confunda com sua representação gráfica, esta também faz parte da identidade de nomes próprios de autores e personagens da Literatura, que também não deixam de ser, em certa medida, termos culturais; e
3. antes de se transliterar grafema a grafema, observar o som que eles representam em contato com os sons ao seu redor: se não é possível corresponder absolutamente à sonoridade e à grafia originais da palavra transliterada, e sua imagem acústica é o ponto de partida e o ponto de chegada do processo, é necessário compreender o valor distintivo dos fonemas no interior de cada nome próprio, prestando atenção às assimilações de traços e a outros fenômenos fonológicos relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desvios na pronúncia – em relação à pronúncia nativa e à expectativa de leitura presumível – de nomes próprios russos transliterados ao português no Brasil ilustram a disjunção entre a definição estrita do ato de transliterar, bem como os princípios linguísticos que o regem, e a prática da transliteração. Uma vez que as diferenças entre os sistemas linguísticos e suas respectivas escritas não são devidamente comparados sob a perspectiva do valor diferencial, a transliteração se afasta da sonoridade da palavra original, ocasionando tal confusão. Está claro que não se trata de inépcia do tradutor; este, como vimos, encontra-se desamparado em matéria de transliteração, e é por isto que apontamos a necessidade de uma norma, ou ao menos uma referência oficial que se possa seguir com segurança – o que, mais do que servir como paradigma, propiciaria maior regularidade entre as transliterações de nomes próprios russos nas traduções brasileiras.

A resolução das complicações que comprometem o procedimento de transliteração russo-português está além do alcance de nosso trabalho, cuja pretensão não chegava nem mesmo a propor soluções para todos os problemas que nós mesmos encontramos, que não correspondem, é bem provável, ao total das questões que limitam a eficiência de nosso objeto de estudo. Esperamos, porém, que estas reflexões sejam o início de um debate maior acerca da transliteração, ao menos no caso da tradução da Literatura Russa no Brasil, assunto de cuja relevância não nos restam dúvidas; e esperamos, sobretudo, que nossos pressupostos teóricos sobre a natureza do ato de transliterar, a representação da língua pela escrita, o aspecto fônico da língua e as relações de valor entre os elementos dos sistemas linguísticos, que subjazem todo nosso estudo, auxiliem também outras reflexões a respeito desta matéria.

Alguns dos caminhos cabíveis à ampliação e ao enriquecimento desta discussão já podem ser vislumbrados neste mesmo trabalho: mostra-se necessário o aprofundamento das comparações do funcionamento dos sistemas fônicos russo e português para além da noção de fonema. Tal pesquisa exige, com efeito, conhecimentos mais abrangentes da língua russa, pois deve-se estudar a particularidade das diferenças entre a estrutura silábica, a acentuação, a prosódia e os processos fonológicos de maior incidência de cada um dos dois idiomas em foco.

REFERÊNCIAS

- Aulete Digital*. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>. Acesso em: 7 maio 2016.
- BOTTMANN, Denise. Bibliografia Russa Traduzida no Brasil (1900-1950). *RUS*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 58-87, 2015.
- BRASIL. Nº 231, sexta-feira, 2 de dezembro de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 dez. 2005. Seção 3.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Elementos de Fonética do Português Brasileiro*. São Paulo: Paulistana, 2009.
- CALDAS AULETE, Francisco Júlio. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1958. 5v.
- CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne. *Iniciação à Fonética e à Fonologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CUBBERLEY, Paul. The Slavic Alphabets. In: DANIELS, Peter T.; BRIGHT, William (Ed.). *The World's Writing Systems*. 1. ed. Oxford, UK: Oxford University Press, 1996. Seção 27, p. 346-354.
- Dicionário Mini Russo-Português Português-Russo*. Lisboa: Porto Editora, 2013.
- Dicionário Russo-Português*. Moscou: Gossudarstvennoe Izdatel'stvo Inostranníkh i Natsional'níkh Slovarí, 1961.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor M. *Obra completa*. v. 1. Tradução de Natália Nunes e Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Aguilar, 1963.
- EDGERTON, William. One More Look at the Problem of Transliteration. *Slavic Review*, Urbana, IL, v. 48, n. 1, primavera 1989, p. 97-99.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da Redação*. São Paulo: Publifolha, 2005.
- FRANK, Joseph. *Dostoiévski II: os anos de provação – 1850 a 1859*. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Edusp, 2008.
- GARCIA, Luiz (Org.). *Manual de Redação e Estilo*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1992.
- JUBRAN, Bruno Mariotto. *Brasil e Rússia: política, comércio, ciência e tecnologia entre 1992 e 2010*. 2012. 224 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Porto Alegre, 2012.
- MATTOSO CÂMARA JR. Joaquim. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1976.

MORAES, Eduardo Cardoso de; SAEGER, Daniel Martins. Transliteração do russo ao português: mudanças na definição, efeitos no processo. In: SEMANA DE ESTUDOS DE TRADUÇÃO (SET) DA UFRGS, 2016, Porto Alegre. *Resumos...* Porto Alegre, 2016.

MORAES, Eduardo Cardoso de. Para a formulação de um método de transliteração da língua russa ao português brasileiro. In: XXVIII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, 2016, Porto Alegre. *Resumos...* Porto Alegre, 2016.

_____. Problemas na Transliteração Russo-Português: Questões Fonológicas. In: X ENCONTRO DE LETRAS ORIENTAIS E ESLAVAS DA UFRJ, 2015, Rio de Janeiro. *Resumos...* Rio de Janeiro, 2014.

PRESTES, Zoia. *Quando não é quase a mesma coisa: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil – Repercussões no campo educacional*. 2010. 295 f. Tese (Doutorado)–Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Brasília, 2010.

RABADÁN, Rosa. *Equivalencia y traducción: Problemática de la equivalencia translémica inglés-español*. León, ES: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones, 1991. 345 p.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Albert Riedlinger. Prefácio à edição brasileira por Isaac Nicolau Salum. Traduzido por Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. *Escritos de Linguística Geral*. Organização, edição e prefácio por Simon Bouquet e Rudolf Engler, com a colaboração de Antoniette Weil. Traduzido por Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHNAIDERMAN, B. et al. Tabela de Transliteração do Russo para o Português. *Caderno de Literatura e Cultura Russa*, São Paulo, n. 1, p. 393, mar. 2004.

VOINOVA, N. et al. *Dicionário Russo-Português*. Lisboa: Ulmeiro [Moscou: Edições “Russki Yazik”], 2001.



ABNT/CB-05 - COMITÊ BRASILEIRO AUTOMOTIVO	ABNT/CB-11 - COMITÊ BRASILEIRO DE COURO E CALÇADOS	ABNT/CB-29 - COMITÊ BRASILEIRO DE CELULOSE E PAPEL
<p>Prazo limite: 29 de janeiro de 2006</p> <p>ABNT MB 522:1972 - Envelhecimento acelerado de elastômeros vulcanizados pelo método do tubo de ensaio</p> <p>ABNT MB 523:1972 - Deflexão à compressão de elastômeros vulcanizados</p> <p>ABNT MB 524:1972 - Deformação aparente à compressão a baixa temperatura de elastômeros vulcanizados</p> <p>ABNT MB 565:1970 - Compostos vulcanizados de borracha - Resistência à flexão</p> <p>ABNT MB 580:1973 - Determinação de resistência à dilatação por agulha em elastômeros</p> <p>ABNT MB 748:1974 - Determinação do número de indentação Pusey e Jones de elastômeros vulcanizados</p> <p>ABNT NBR 6138:1980 - Verificação da resistência da cor-tiça com borracha aos líquidos orgânicos</p> <p>ABNT NBR 8690:1984 - Elastômero vulcanizado - Determinação da resiliência (elasticidade ao impacto pêndulo Schöb)</p> <p>ABNT NBR 9299:1986 - Elastômero vulcanizado - Retração a baixa temperatura</p> <p>ABNT NBR 10572:1988 - Elastômero vulcanizado - Verificação do mancharmento de elastômeros vulcanizados em revestimentos orgânicos</p> <p>ABNT NBR 11910:1991 - Elastômero vulcanizado - Ensaio de abrasão</p> <p>Justificativa: Normas desatualizadas e sem interesse de revisão</p> <p>ABNT/CB-10 - COMITÊ BRASILEIRO DE QUÍMICA</p> <p>Continuação de Consulta Nacional de Edital Anterior</p> <p>Prazo limite: 30 de dezembro de 2005</p> <p>ABNT NBR 8526:1984 - Carbofenotônio - Análise por cromatografia em fase gasosa - Padronização externa</p> <p>ABNT NBR 8529:1983 - IBP - Análise por cromatografia em fase gasosa</p> <p>ABNT NBR 8532:1984 - Diclorvos - Análise por cromatografia em fase gasosa - Padronização externa</p>	<p>Continuação de Consulta Nacional de Edital Anterior</p> <p>Prazo limite: 30 de dezembro de 2005</p> <p>ABNT NBR 11056:1988 - Couros - Determinação de sais de magnésio solúveis em água</p> <p>Justificativa: O ensaio não é mais realizado, estando este ultrapassado tecnologicamente.</p> <p>ABNT/CB-14 - COMITÊ BRASILEIRO DE DOCUMENTAÇÃO</p> <p>Prazo limite: 29 de janeiro de 2006</p> <p>ABNT NB-102:1961 - Transliteração de caracteres cirílicos</p> <p>Justificativa: A norma está obsoleta. Atualmente existem diversos recursos eletrônicos para realizar esta transliteração. Há ainda a ISO 9:1995 sobre o assunto.</p> <p>ABNT TB-49:1967 - Terminologia de documentos técnicos-científicos - Terminologia</p> <p>Justificativa: A norma está em desuso.</p> <p>PROPOSTA DE CONFIRMAÇÃO DE NORMAS BRASILEIRAS</p> <p>A ABNT, considerando o processo de Revisão Sistemática pelo qual devem passar as Normas Brasileiras com mais de 5 anos, torna pública a proposta de confirmação das Normas Brasileiras mencionadas a seguir.</p> <p>Informamos que qualquer objeção quanto a estas confirmações deve ser encaminhada à ABNT - Gerência de Normalização - Av. Treze de Maio, nº 13 - 2º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031-901 - até o prazo limite estabelecido.</p> <p>ABNT/CB-05 - COMITÊ BRASILEIRO AUTOMOTIVO</p> <p>Continuação de Consulta Nacional de Edital Anterior</p> <p>Prazo limite: 10 de dezembro de 2005</p> <p>ABNT NBR 6069:1978 - Sistemas tridimensionais de referência para veículos rodoviários</p> <p>ABNT NBR 9292:2000 - Veículos rodoviários automotores - Líquidos para freios hidráulicos, tipos 3, 4 e 5 - Requisitos e de-</p>	<p>Prazo limite: 10 de janeiro de 2006</p> <p>ABNT NBR 7730:1998 - Pasta celulósica - Determinação da viscosidade em solução de cuprotlenodiamina (CUEN) com viscosímetro do tipo capilar</p> <p>ABNT 13998:1997 - Pastas celulósicas - Determinação do teor de massa seca - Método por secagem em estufa</p> <p>ABNT 14129:1998 - Papel, cartão e pasta celulósica - Análise da composição fibrosa - Método geral</p> <p>ABNT 14258:1998 - Papel e cartão - Tubetes - Determinação das características de rotação concêntrica</p> <p>Continuação de Consulta Nacional de Edital Anterior</p> <p>Prazo limite: 10 de dezembro de 2005</p> <p>ABNT NBR 14101:1998 - Papel e cartão - Tubetes - Amostragem para ensaios</p> <p>ABNT NBR 14257:1998 - Papel e cartão - Tubetes - Determinação da unidade - Método por secagem em estufa</p> <p>ABNT NBR 14351:1999 - Papel e cartão - Tubetes - Determinação da resistência a compressão plana</p> <p>ABNT NBR 14484:2000 - Papel e cartão - Tubetes - Medição das dimensões</p> <p>ABNT NBR 14528:1998 - Pasta celulósica - Preparação de folhas em laboratório para determinação do fator de reflectância difusa no azul (Alvura ISO)</p> <p>ABNT NBR 14523:2000 - Papel e cartão - Tubetes - Especificação do diâmetro interno</p> <p>ABNT NBR 14576:2000 - Papel e cartão - Tubetes - Determinação da resistência à flexão - Método dos três pontos</p> <p>ABNT NBR 14620:2000 - Papel e cartão - Tubetes - Cálculo do módulo de flexão - Método dos três pontos</p> <p>ABNT/ONS-34 - ORGANISMO DE NORMALIZAÇÃO SETORIAL DO PETRÓLEO</p> <p>Continuação de Consulta Nacional de Edital Anterior</p> <p>Prazo limite: 10 de dezembro de 2005</p> <p>ABNT NBR 6307:2000 - Fmiliões asfálticas - Determina-</p>

ANEXO B – ISO 9:1995 e algumas outras normas

			ISO 9 1995 ^(1.0)	ISO/R 9 1968 ^(2.0)	GOST 1983 ^(3.0)	ALA-LC 1997 ^(4.0)	BGN/PCGN 1947 ^(5.0)
		<i>Cursive</i>					
A	a	<i>A a</i>	a	a	a	a	a
Б	б	<i>Б б</i>	b	b	b	b	b
В	в	<i>В в</i>	v	v	v	v	v
Г	г	<i>Г г</i>	g	g	g	g	g
Д	д	<i>Д д</i>	d	d	d	d	d
Е	е	<i>Е е</i>	e	e	e	e	e, ye ^(5.1)
Ё	ё	<i>Ё ё</i>	а ë	ë	ë	ë	ë, yë ^(5.1)
Ж	ж	<i>Ж ж</i>	ž	ž	ž	zh	zh
З	з	<i>З з</i>	z	z	z	z	z
И	и	<i>И и</i>	i	i	i	i	i
Й	й	<i>Й й</i>	j	j	j	ï	y
К	к	<i>К к</i>	k	k	k	k	k
Л	л	<i>Л л</i>	l	l	l	l	l
М	м	<i>М м</i>	m	m	m	m	m
Н	н	<i>Н н</i>	n	n	n	n	n
О	о	<i>О о</i>	o	o	o	o	o
П	п	<i>П п</i>	p	p	p	p	p
Р	р	<i>Р р</i>	r	r	r	r	r
С	с	<i>С с</i>	s	s	s	s	s
Т	т	<i>Т т</i>	t	t	t	t	t
У	у	<i>У у</i>	u	u	u	u	u
Ф	ф	<i>Ф ф</i>	f	f	f	f	f
Х	х	<i>Х х</i>	h	ch	h	kh	kh
Ц	ц	<i>Ц ц</i>	c	c	c	ts̄	ts
Ч	ч	<i>Ч ч</i>	č	č	č	ch	ch
Ш	ш	<i>Ш ш</i>	š	š	š	sh	sh
Щ	щ	<i>Щ щ</i>	š̂	šč̂	šč̂	shch	shch
Ъ	ъ	<i>Ъ ъ</i>	"	"	"	" ^(4.1)	"
Ы	ы	<i>Ы ы</i>	y	y	y	y	y
Ь	ь	<i>Ь ь</i>	'	'	'	'	'
Э	э	<i>Э э</i>	è	é	è	è	e
Ю	ю	<i>Ю ю</i>	û	ju	ju	iǖ	yu
Я	я	<i>Я я</i>	â	ja	ja	iā	ya

ANEXO C – Tabela de Transliteração do Russo para o Português da USP

Alfabeto Russo	Transcrição para Registro Catalográfico ou Lingüístico	Adaptação Fonética para Nomes Próprios
А	A	A
Б	B	B
В	V	V
Г	G	G, Gu antes de e, i
Д	D	D
Е	E	E, Ié
Ё	Io	Io
Ж	J	J
З	Z	Z
И	I	I
Й	I	I
К	K	K
Л	L	L
М	M	M
Н	N	N
О	O	O
П	P	P
Р	R	R
С	S	S, SS (intervocálico)
Т	T	T
У	U	U
Ф	F	F
Х	Kh	Kh
Ц	Ts	Ts
Ч	Tch	Tch
Ш	Ch	Ch
Щ	Chtch	Chtch
Ъ	''	
Ы	Y	Y
Ь	'	
Э	É	É
Ю	Iu	Iu
Я	Ia	Ia

ANEXO D – Exemplos de transliteração do russo ao inglês conforme os sistemas americanos

Table. Examples of Transliteration Systems

Cyrillic	Full LCS	LCS without diacritics	LCS with j
бой	boĭ	boi	boj
бои	boi	boi	boi
воин	voin	voin	voin
войн	voĭn	voin	vojn
значение	znachenie	znachenie	znachenie
религии	religii	religii	religii
значение	znachenie	znachenie	znachenie
религий	religiĭ	religii	religij
Еврей в	Evreĭ v	Evrei v	Evrej v
России	Rossii	Rossii	Rossii
Евреи в	Evrei v	Evrei v	Evrei v
России	Rossii	Rossii	Rossii
Юлий	Ĭulĭĭ	Iulii	Julij
июль	iĭul'	iiul'	ijul'
материал	material	material	material
Февраль	fevriâl'	fevrial'	fevrjal'
Иосиф	Iosif	Iosif	Iosif
район	raion	raion	rajon
зайти	zaiti	zaiti	zajti
заиграть	zaigrat'	zaigrat'	zajgrat'